



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR: LUIZ FERNANDO

Nº DE ORIGEM:

### EMENTA:

Dispõe sobre a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Femininos com os Quadros de Policiais-Militares, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

PL. 1.779/96

REDISTRIBUÍDO - RESOLUÇÃO 15/96

### DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE: ART. 24, II - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
- REL. EXT. E DE DEF. NAC.  
- CONST. E JUST. E DE RED. (ART. 54)

### ENCAMINHAMENTO INICIAL:

30/04/96: À Comissão de Defesa Nacional,



### APENSADOS

1803/96

### REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

### PRAZO/EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO
CDN	09/05/96
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	LUCIANO PIZZATTO	Comissão:	DEFESA NACIONAL
	Em 09/05/96 Ass.:		Presidente
A(o) Sr(a). Deputado(a):	LUCIANO PIZZATTO	Comissão:	REL. EXT. E DE DEF. NAC.
	Em 31/3/97 Ass.:		Presidente
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Comissão:	
	Em / / Ass.:		Presidente
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Comissão:	
	Em / / Ass.:		Presidente
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Comissão:	
	Em / / Ass.:		Presidente
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Comissão:	
	Em / / Ass.:		Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado em 1967, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54, RI).

Em 17/04/96, Presidente

Reveja o despacho inicial dado ao PL. PROJETO 1779/96, nos termos da Resolução 15/96, para substituir a CDN pela CREDN.

Em 18/03/97, Presidente

Dispõe sobre a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Femininos com os Quadros de Policiais-Militares, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 1779/96

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam unificados os Quadros de Policiais-Militares e os Quadros de Policiais-Militares Femininos, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º A unificação de que trata esta Lei observará, em cada Unidade Federativa, dentre outros, os seguintes princípios:

I- os ocupantes dos Quadros de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) e de Oficiais Policiais-Militares Femininos (QOPMF) das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal passam a integrar um único Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM);

II- as praças policiais-militares, masculinas e femininas, passam a integrar um único Quadro de Praças Policiais-Militares (QPPM);

III- o efetivo policial-militar feminino deve representar um percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) do efetivo policial-militar previsto;

IV- a unificação deverá ser completada no prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da vigência desta lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

Os Estados Democráticos de Direito, como o Estado Brasileiro, trazem insculpidos em suas Constituições princípios fundamentais que, entre outros, têm o





condão de reduzir ao mínimo quaisquer formas de discriminação ou preconceito. Nesse passo, a Constituição Federal de 1988 preconiza em seus arts: 3º, inciso IV; 5º, incisos I e XIII, e 7º, inciso XXX, *in verbis*:

*"Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

*IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*

*.....*  
*XIII- é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;*

*.....*  
*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*.....*  
*XXX- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;"*.(Grifos do Autor)

Em que pese virem as mulheres ocupando cada vez mais espaços no mercado de trabalho, em algumas profissões, não obstante, permanecem algumas limitações quanto ao trabalho feminino, como acontece com as policiais-militares femininas, em quase todo o Brasil, não fugindo à regra, o Distrito Federal, onde, consoante o art. 36 da Lei nº 6.450, de 14 de julho de 1977, modificado pela Lei nº 7.491, de 13 de junho de 1986, existem os seguintes quadros de oficiais e praças da ativa:

A) Oficiais:

- Quadro de Oficiais-Policiais Militares (QOPM), e
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares Femininos (QOPMF);
- outros quadros de oficiais: de Administração; de Saúde; Capelães; Especialistas, e Músicos;





B) Praças:

- Quadro de Praças Policiais-Militares Combatentes (QPPMC), e
- Quadro de Praças Policiais-Militares Femininos (QPPMF),
- Quadro de Praças Policiais-Militares Especialistas (QPPME).

Verifica-se, daí, a existência de apenas um quadro feminino de oficiais, e um de praças, sendo vários os masculinos de oficiais e de praças.

E as limitações às policiais-militares femininas não param aí. O efetivo policial feminino é muito pequeno, representando tão só, aproximadamente, 3% do efetivo policial militar, e merecendo, por isso mesmo, ser aumentado na proporção do trabalho que desenvolve.

Há, ainda, limitações mais flagrantes, cumprindo destacar que o Quadro de Oficiais Policiais-Militares Femininos só permite promoção até o posto de Major, não havendo, assim, perspectiva de ascensão ao posto máximo da corporação, ou seja, de Coronel.

A essas limitações, contudo, vem-se pondo termo, valendo ressaltar os casos dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Necessária se torna, portanto, a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Femininos com os Quadros de Policiais-Militares, de sorte a propiciar às policiais-militares femininas o acesso ao topo da carreira a que pertencem, bem como lhes permitir uma participação maior na vida militar, na medida da importância do trabalho que desempenham.

Assim, considerando o que prescreve a Constituição: "*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: ... XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;*", compartilho com meus pares o presente Projeto de Lei, esperando que esta Casa o aprove, em face do grande benefício social que representa.

Sala das Sessões, em 17 de Abril de 1996.

  
Deputado Luiz Fernando





# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

#### TÍTULO I

---

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

.....

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
  - II – garantir o desenvolvimento nacional;
  - III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- .....

#### TÍTULO II

---

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I

#### DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

.....

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

.....



**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"**



**CAPÍTULO II**

**DOS DIREITOS SOCIAIS**

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

**Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

**TÍTULO III**

**DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO II**

**DA UNIÃO**

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"



LEI Nº 6.450 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1977

*Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá  
outras providências*

O P R E S I D E N T E D A R E P U B L I C A

Faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a  
seguinte Lei:

TÍTULO III

PESSOAL

Capítulo I

Do Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal

Art. 36 - O pessoal da Polícia Militar do Distrito  
Federal compõe-se:

I - Pessoal da ativa:

a) - Oficiais, constituindo os seguintes quadr  
os:

- Quadro de Oficiais Policiais-Militares  
(QOPM);

- Quadro de Oficiais Policiais-Militares  
de Saúde (QOPMS);

b) - Praças Especiais da Polícia Militar, compr  
eendendo:

- Aspirante-a-Oficial PM; e

- Alunos-Oficiais;

c) - Praças Policiais-Militares (Praças PM);

II - Pessoal inativo:

a) Pessoal da Reserva Remunerada; e

b) Pessoal Reformado.

Art. 37 - As Praças Policiais - Militares serão  
grupadas em Qualificações Policiais-Militares Gerais (QPMG)  
e Particulares (QPMP).





LEI Nº 7.491, DE 13 DE JUNHO DE 1986

*Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 6.983, de 13 de abril de 1982, passa a ser fixado em 8.647 (oito mil, seiscentos e quarenta e sete) Policiais-Militares.

Art. 2º O artigo 36 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 — que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal — alterada pela Lei nº 6.983, de 13 de abril de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 36. O pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal compõe-se:

I — Pessoal da Ativa:

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

- Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM);
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares Femininos (QOPMF);
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (QOPMS);
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares Capelães (QOPMC);
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração (QOPMA);
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares Especialistas (QOPME); e
- Quadro de Oficiais Policiais-Militares Músicos (QOPMM);

b) Praças Especiais da Polícia Militar (PEPM):

- Aspirantes-a-Oficial; e
- Alunos-Oficiais.

c) Praças, constituindo os seguintes Quadros:

- Quadro de Praças Policiais-Militares Combatentes (QPPMC);
- Quadro de Praças Policiais-Militares Femininos (QPPMF); e



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"



—Quadro de Praças Policiais-Militares Especialistas (QPPME).

II — Pessoal Inativo:

- a) Pessoal da Reserva Remunerada; e
- b) Pessoal Reformado.

Parágrafo único. O Quadro de Oficiais Músicos (QOM) de que trata a Lei nº 5.622, de 1 de dezembro de 1970, declarado em extinção pelo § 2º do artigo 2º, da Lei nº 6.983, de 13 de abril de 1982, é reativado, passando a denominar-se: Quadro de Oficiais Policiais-Militares Músicos (QOPMM).».

Art. 3º O efetivo a que se refere o artigo 1º desta lei ficará distribuído pelos postos e graduações previstos nos Quadros da Polícia Militar do Distrito Federal, na seguinte forma:

.....  
.....





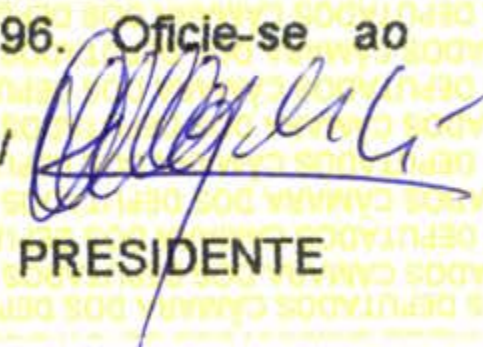
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

OF. nº 48/96

Brasília, 16 de maio de 1996.

Defiro. Desapense-se o Projeto de Lei nº 1.803/96  
do Projeto de Lei nº 1.779/96. Oficie-se ao  
Requerente e, após, publique-se.

Em 21/05/96

  
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V.Exa. autorizar a  
desapensação do Projeto de Lei nº 1.803/96 - do Poder Executivo - MSC nº  
342/96 - que "altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá  
outras providências", do Projeto de Lei nº 1.779/96 - do Sr. Luiz Fernando - que  
"dispõe sobre a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Femininos com os  
Quadros de Policiais-Militares, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito  
Federal, e dá outras providências", em tramitação nesta Comissão.

Atenciosamente,

  
Deputado **ELIAS MURAD**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **LUÍS EDUARDO**  
Presidente da Câmara dos Deputados



SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão <i>Presid</i>	n.º <i>1532</i>
Data: <i>14-5-96</i>	Hora: <i>16.55</i>
Ass: <i>(A)</i>	Ponto: <i>1418</i>



SGM/P nº 473

Brasília, 21 de maio de 1996.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 48/96, de 16 de maio de 1996, a propósito do pedido de desapensação do Projeto de Lei nº 1.803/96, que altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências, do Projeto de Lei nº 1.779, de 1996, que dispõe sobre a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Femininos com os Quadros de Policiais-Militares, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências, comunico a Vossa Excelência o deferimento da solicitação, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
**LUÍS EDUARDO**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **ELIAS MURAD**  
Presidente da Comissão de Defesa Nacional  
N E S T A







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.779/96

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 09/05/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 1996

  
Tércio Mendonça Vilar  
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.779, DE 1996

(DO SR. LUIZ FERNANDO)



Dispõe sobre a unificação dos Quadros de Policiais-Militares Feminino com os Quadros de Policiais-Militares, das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54), ART. 24, II)



Araraquara aos 11 de Abril de 1996  
À Comissão de Defesa Nacional (art. 254, R/CD).

Em 29/04/96

  
PRESIDENTE

EXMO SR.

**DR. LUIZ EDUARDO MAI**

**M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS  
BRASÍLIA - DF**

**CAMPANHA DE DESARMAMENTO**

Prezado Senhor:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia **do abaixo assinado** firmado por cidadãos e cidadãs preocupados com o alto índice de homicídios ocorridos em nosso Estado, com o uso indiscriminado de **armas de fogo**.

As razões expostas no abaixo assinado, dizem bem da necessidade de se agilizar a tramitação do projeto de lei que torna **crime inafiançável o porte ilegal de arma** e cria maiores dificuldades para obtenção do referido porte.

Na certeza de que o abaixo assinado merecerá a costumeira atenção, apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



**FRANCISCO HUMBERTO NIGRO**

**Endereço : Avenida Professor Jorge Corrêa, 395.**

**Araraquara- S/P**

**CEP: 14.801-904 - C.P.: 235**



DATA: 08 / ABR / 1996

EXMO. SR. DR.  
LUIZ EDUARDO MAGALHAES  
M.D. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS  
BRASILIA - DF

Prezado Senhor:

Nos abaixo assinados, preocupados com o alto índice de homicídios praticados em nosso País com o uso indiscriminado de ARMAS DE FOGO, vimos apresentar o nosso incondicional apoio ao projeto de lei em tramitação por essa Câmara de Deputados, tornando crime o porte ilegal de arma de fogo e culminando penas mais graves aos transgressores da nova lei, inclusive tornando-o INAFIANCAVEL.

Segundo as mais recentes estatísticas, somente na cidade de São Paulo 87% (oitenta e sete por cento) dos crimes de homicídio, são praticados com o uso de ARMAS DE FOGO.

Ha necessidade de dificultar a concessao de porte de armas de fogo somente concedendo em casos de extrema necessidade, bem como de se aprovar com a maxima urgencia o projeto de lei em questao.

O porte indiscriminado de armas de fogo tem custado a vida de muitas pessoas, constituindo simples contravenção penal punida tão somente com uma pequena multa.

No entanto, o cidadão que for apanhado com uma "tartaruguinha" para cria-la como animal de estimacao, esta sujeito a uma prisao em flagrante, pela pratica de crime previsto pelo Codigo de Caca, conforme dispoe o artigo 34 das Lei n.7.653 de 1988 e este crime e punido com pena de reclusao que pode ir de um a cinco anos, sendo alem de tudo inafiancavel.

E o que esperamos, preocupados com o alto índice de homicídios e com a segurança de nossa população. Atenciosamente.

	ASSINATURAS	R.G.		ASSINATURAS	R.G.
		1.330.300			
1			15		6.646.571 SSP
2	Miguel Santos	18.713.118	16	Maria Jose Lacerda Tico	20.321.737-8
3	Alexandre	14.245.185	17	Maria Aparecida Guirino	18.698.441 SSP
4		16.910.638	18		3.002.303.55702
5		4.990.913	19	Jho	1.850.104
6	Pedro A. Nipo	8.820.285	20		1.423.304.89
7		18.333.622	21	Zane	1.806.498
8	Walter R. Salazar	9.902.036	22	Paula	2.420.204
9		5050.630	23	Anita Penares	8.722.703 SSP
10	Devorade Oliveira Lourenco Nipo	10.433.192.	24	José Carlos Pires	5.794.073
11	João B. Tavello Nipo	19.733.239-0	25		7.973.418 SSP
12	Eduardo E. Nipo	8.722.746-0	26		6.905.444 SP
13		9.525.992	27		7.778.172 SSP
14	Marcia R. S. Nipo	7.231.549-0	28		8.321.463 SSP



DATA: 08 / ABR / 1996

EXMO. SR. DR.  
LUIZ EDUARDO MAGALHAES  
M.D. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS  
BRASILIA - DF  
-----

Prezado Senhor:

Nos abaixo assinados, preocupados com o alto indice de homicidios praticados em nosso Pais com o uso indiscriminado de ARMAS DE FOGO, vimos apresentar o nosso incondicional apoio ao projeto de lei em tramitacao por essa Camara de Deputados, tornando crime o porte ilegal de arma de fogo e culminando penas mais graves aos transgressores da nova lei, inclusive tornando-o INAFIANCAVEL.

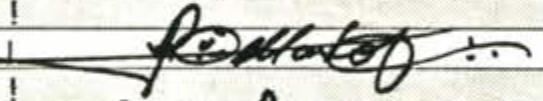
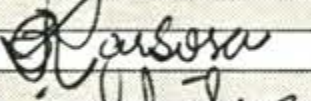
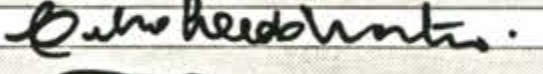
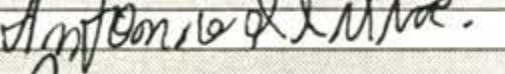

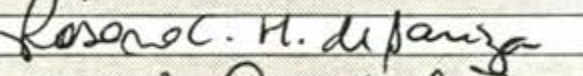
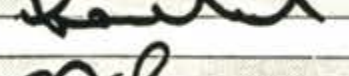
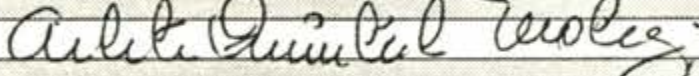
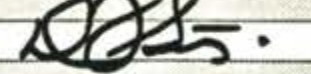
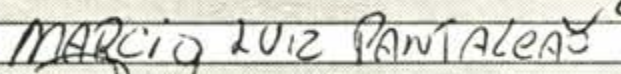
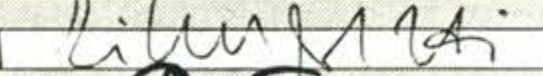
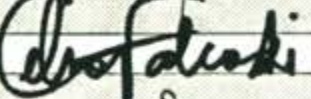
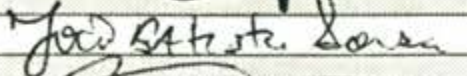
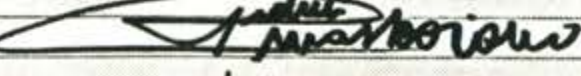
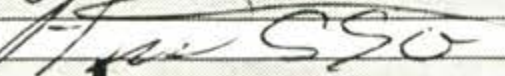
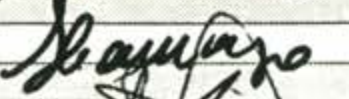
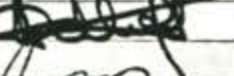

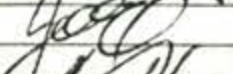

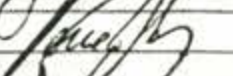


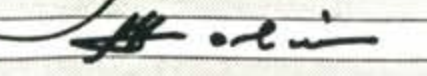
Segundo as mais recentes estatisticas, somente na cidade de Sao Paulo 87%(oitenta e sete por cento) dos crimes de homicidio, sao praticados com o uso de ARMAS DE FOGO.

Ha necessidade de dificultar a concessao de porte de armas de fogo somente concedendo em casos de extrema necessidade, bem como de se aprovar com a maxima urgencia o projeto de lei em questao.

O porte indiscriminado de armas de fogo tem custado a vida de muitas pessoas, constituindo simples contravencao penal punida tao somente com uma pequena multa.

No entanto, o cidadao que for apanhado com uma "tartaruguinha" para cria-la como animal de estimacao, esta sujeito a uma prisao em flagrante, pela pratica de crime previsto pelo Codigo de Caca, conforme dispoe o artigo 34 das Lei n.7.653 de 1988 e este crime e punido com pena de reclusao que pode ir de um a cinco anos, sendo alem de tudo inafiancavel.

E o que esperamos, preocupados com o alto indice de homicidios e com a seguranca de nossa populacao.  
Atenciosamente.

ASSINATURAS	R.G.	ASSINATURAS	R.G.
29 	6.094.862 - SP	43 	6- 516. 616.
30 	11.352.509	44 	29.593.135-8
31 	16.911.901	45 	18.290.532
32 	3 193 307	46 	13-234-171.
33 	4.421.200-8	47 	26 766 013 - 3
34 Valmir R. M. Colli	10.823.109	48 	13.236.582
35 Edna Leila Bollato	4.426.031-0	49 	6.871.121-9
36 Adivaldo Lima	12 162 127	50 	12486602
37 	8.357.096	51 	4619.601
38 Julia Maria Munguini	8169553	52 	4.507.110.
39 	14.413.346	53 	9 349 822
40 	18.712.831	54 	7.691.506
41 	18.986.010	55 	5.963 787
42 	11.649.319	56 	3.373 862



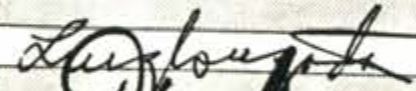
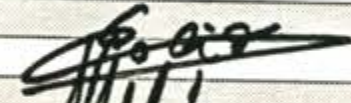
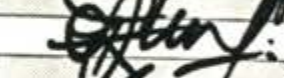


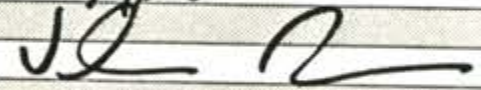

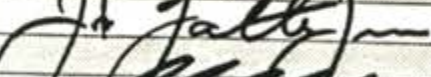

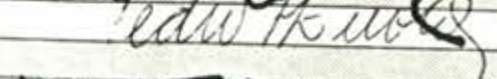
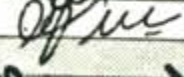
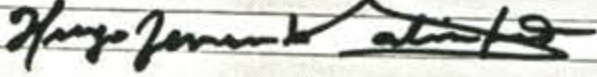
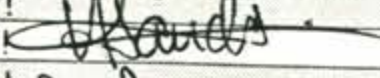


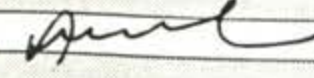
EXMO. SR. DR.  
LUIZ EDUARDO MAGALHAES  
M.D. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS  
BRASILIA - DF

Nos abaixo assinados, preocupados com o alto índice de homicídios praticados em nosso País com o uso indiscriminado de ARMAS DE FOGO, vimos apresentar o nosso incondicional apoio ao projeto de lei em tramitação por essa Câmara de Deputados, tornando crime o porte ilegal de arma de fogo e culminando penas mais graves aos transgressores da nova lei, inclusive tor-

Ha necessidade de dificultar a concessao de porte de armas de fogo somente concedendo em casos de extrema necessidade, bem como de se aprovar com a maxima urgencia o projeto de lei em questao.

No entanto, o cidadão que for apanhado com uma "tartaruguinha" para criá-la como animal de estimação, está sujeito a uma prisão em flagrante, pela prática de crime previsto pelo Código de Eca, conforme dispõe o artigo 34 das Lei n.7.653 de 1988 e este crime é punido com pena de reclusão que pode ir de um a cinco anos, sendo agravada se o crime for cometido em recinto fechado.

E o que esperamos, preocupados com o alto índice de homicídios e com a segurança de nossa população.

ASSINATURAS		R.G.	ASSINATURAS		R.G.
85		1.277.646	99		16.396.299
86		2676755	100		13.726 798
87		1097373-550	101		17760910
88		7.702.951	102	Thiny Dist Junior	3033 995
89		4.703450	103	Maria Tuzanta	6.273731-3.
90		3475.280	104	Augusto F. Finter	18.552.778.
91		3868393	105		5.236.954.
92	Yoon Yoonchun	4.128.215-550	106	Alessandra M.T. Lopes	22.858.319-6
93	FERNANDO PASSOS	12.485.324	107	Margarite Ap. do Aug	21.606.221-4
94	FERNANDO TANNURI	3.192587.	108	Juliana Regione Paggi	20.243.892
95		1.697.737	109	Beni L. Girola	7.207.233
96	MIGUEL BECHMAN RITTNER	660731 50	110		26.502.875-9
97		4.605.179.	111	Edson Ricardo	23.340.052-7
98		6646.552	112		10.565 441.



DATA: 08 / ABR / 1996

EXMO. SR. DR.  
LUIZ EDUARDO MAGALHAES  
M.D. PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS  
BRASILIA - DF  
-----

Prezado Senhor:

Nos abaixo assinados, preocupados com o alto indice de homicidios praticados em nosso Pais com o uso indiscriminado de ARMAS DE FOGO, vimos apresentar o nosso incondicional apoio ao projeto de lei em tramitacao por essa Camara de Deputados, tornando crime o porte ilegal de arma de fogo e culminando penas mais graves aos transgressores da nova lei, inclusive tornando-o INAFIANCAVEL.

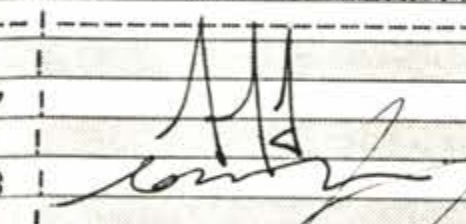
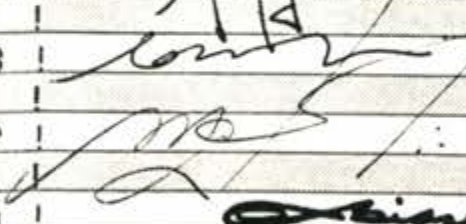
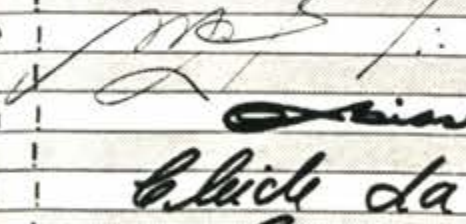
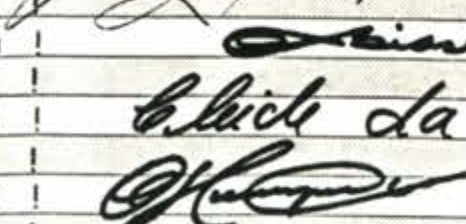
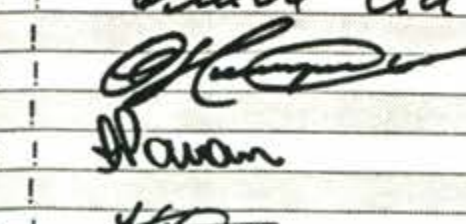
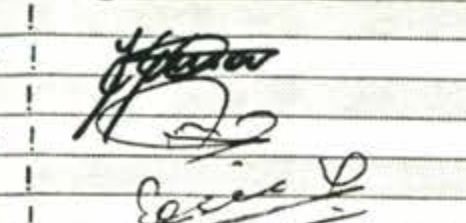
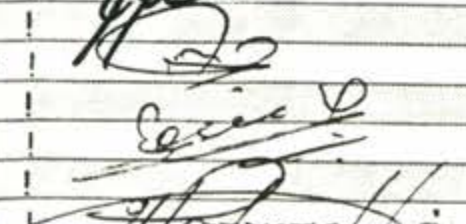
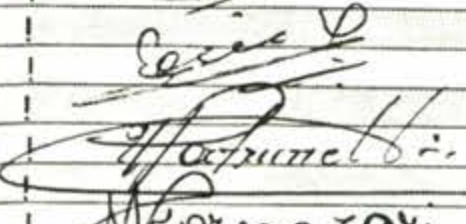
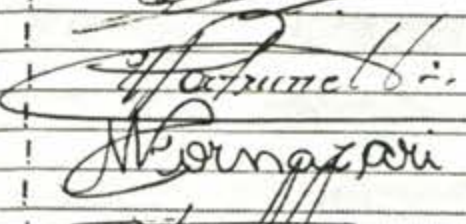
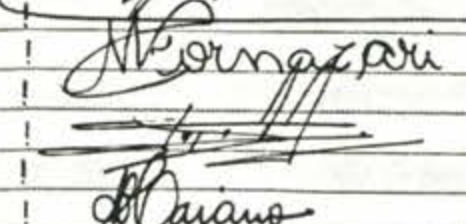
Segundo as mais recentes estatisticas, somente na cidade de Sao Paulo 87%(oitenta e sete por cento) dos crimes de homicidio, sao praticados com o uso de ARMAS DE FOGO.

Ha necessidade de dificultar a concessao de porte de armas de fogo somente concedendo em casos de extrema necessidade, bem como de se aprovar com a maxima urgencia o projeto de lei em questao.

O porte indiscriminado de armas de fogo tem custado a vida de muitas pessoas, constituindo simples contravencao penal punida tao somente com uma pequena multa.

No entanto, o cidadao que for apanhado com uma "tartaruguinha" para cria-la como animal de estimacao, esta sujeito a uma prisao em flagrante, pela pratica de crime previsto peloCodigo de Caca, conforme dispoe o artigo 34 das Lei n.7.653 de 1988 e este crime e punido com pena de reclusao que pode ir de um a cinco anos, sendo alem de tudo inafiancavel.

E o que esperamos, preocupados com o alto indice de homicidios e com a seguranca de nossa populacao.  
Atenciosamente.

	ASSINATURAS	R.G.		ASSINATURAS	R.G.
57		9.903.191	71	Jaulino	25.646.209-4
58		4.645.381	72	Maura	28 258 518.7
59		4.588.005	73	Clairne Ferreira	M.6 854.772
60		4.477.374	74	Alvaro Luis	7.208.204
61	Clair de Silva	16 558 309-8	75	Junior	13.966.621.
62		17 357 927	76	Riginaldo Aparecido dos Reis	10.271.410
63	Hanan	23.257.548-4	77	Luiz Oliveira	16.138.741
64		19.404.077	78	ANTONIO P. REBECH.	5.823.756-2 SEP. SP
65		18.333.368	79	Deandra Cordens de Oliveira	19.402.664
66		7.690.918/ SP	80	Maris Dourado	5.305.389
67		7.464.905/ SSP	81	Cristiane Martins Silveira	19.598.147
68	Bernardini	6.905.446	82	Antonio Luiz da Silva Garcia	27.092.646-X
69		23.477.906-3	83	Alana da Queiroz	8.169.588
70	Maiano	21.381.543	84	Jose Wellington de Azevedo	1.839.086.9.- SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**PROJETO DE LEI Nº 1.779/96**

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 09/05/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 1996

  
Tércio Mendonça Vilar  
Secretário